



*O Presidente da República*

**Discurso proferido por Sua Excelência Dr. Jorge Carlos  
de Almeida Fonseca, Presidente da República de Cabo Verde,  
por ocasião dos 70º Aniversário da Declaração Universal dos  
Direitos Humanos**

**14 de Dezembro de 2018**

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É para mim uma grande honra presidir a esta cerimónia de comemoração do septuagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na minha condição de Presidente *pro tempore* da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa.

Honra porque se trata de comemoração de um dos mais marcantes eventos do nosso tempo – a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, através da Resolução 217 A III), de 10 de Dezembro 1948.

Podemos dizer com propriedade que a Humanidade, através da Assembleia Geral das Nações Unidas, proclamou uma nova era, uma era de dignidade, liberdade, de justiça e de paz. A proclamação representou um passo de gigante, pois que ficou consagrada a universalidade dos Direitos Fundamentais dos homens e das mulheres. Os direitos fundamentais já não dependiam da vontade isolada dos Estados, da sua maior ou tolerância ou arbítrio, da sua maior ou menor democraticidade ou autoritarismo, pois que eram inerentes a toda e qualquer pessoa, por isso também precisavam de uma protecção à escala universal.

E não é por acaso que a Declaração começa por dizer que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. É de um enorme alcance, mas também de uma enorme lucidez, afirmar-se, há 70 anos, que a dignidade da pessoa humana é um valor superior, comprometendo todos os Estados em adoptar normas e sistemas de protecção dos direitos fundamentais.

A Assembleia Geral de Dezembro de 48 tinha bem presente a História, particularmente a história recente e, por isso, referiu de forma expressa *que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em actos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade* e a augusta Assembleia expressava a sua mais funda crença no advento de um

mundo em que mulheres e homens gozassem de liberdade de expressão e de convicção política, filosófica ou religiosa, sem medo de espécie alguma, vivendo todos sob o império da lei e da justiça, evitando que sejam compelidos, como ultimo recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão.

A Carta, ao fazer fé nos direitos fundamentais, sublinhou desde o primeiro momento a importância da igualdade de direitos do homem e da mulher.

Ainda hoje impressiona profundamente reler o artigo 1º da Carta, o instrumento de maior relevância jurídica do nosso tempo: ***Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.***

Sinto-me honrado também a presidir esta cerimónia porque a CPLP é uma Comunidade que assenta no respeito pelos Direitos Fundamentais dos Homens e da Mulheres e apenas reconhece legitimidade aos regimes políticos fundados em Estados de Direito e Democráticos. Na verdade, o artigo 5º define como um dos princípios orientadores da nossa Comunidade o primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social.

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é, sem dúvida, um dos marcos fundamentais na história do ser humano, na medida em que, de certa forma, estabelece fronteiras entre a barbárie e a humanidade e consagra uma fase positiva de muitos séculos de luta, de dor e muito sofrimento.

Na verdade, ao longo da história da humanidade tem existido uma tensão entre tendências no sentido da generosidade ou da hostilidade ao semelhante, ditada por razões psicológicas, culturais, históricas ou sociais.

Múltiplos são os exemplos, nas mais diversas circunstâncias, que atestam que a generosidade, a fraternidade, a busca e o respeito pela liberdade são valores que as pessoas perseguem e exercitam, bem como outros em que a exclusão, a submissão, a aniquilação são exercidos, defendidos e mesmo cultivados, pelos homens.

A coroar esse processo, que não raras vezes assumiu facetas horrendas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos congregou e sintetizou o que de mais humano e profundo o Homem produziu e faz dessa construção uma barreira, ao menos moral e cultural, contra tendências de sentido contrário.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, um autêntico hino à Vida na sua dimensão, individual e subjetiva e, também, na qualidade

de emanção social e cultural, constituiu-se numa das referências maiores do mundo moderno, como atesta o facto de ter sido apropriado por cerca de meio milhar de línguas e enformar dezenas de Constituições e outros importantes instrumentos e normativos internacionais.

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Nestas sete décadas de vigência da Declaração o mundo conheceu mudanças muito importantes em praticamente todas as áreas.

A sua configuração política sofreu alterações radicais, sendo as mais destacadas ,a criação do Estado de Israel e a complexificação da situação no Médio Oriente, a guerra do Vietname, as rebeliões na ex-União Soviética, o desaparecimento quase completo do colonialismo, o fim do apartheid, o aparecimento de blocos económicos em todos os continentes, a emergência da China como potência mundial, a queda do muro de Berlim, as guerras do Afeganistão, do Iraque e da Síria.

De assinalar que foi nestes últimos setenta anos que a maioria dos países da CPLP conheceram a independência política e entraram no concerto das Nações.

Verificaram-se alterações muito significativas nas diferentes áreas científicas e tecnológicas com repercussões evidentes na vida das

peças, com grande ampliação da capacidade do homem dominar a natureza. Os segredos do infinitamente grande e do infinitamente pequeno são progressivamente desvendados e os mistérios da própria vida desnudados.

A intensificação da globalização impõe-se e com ela o aparecimento de grandes possibilidades de resolução dos problemas que afligem a humanidade. Porém, assiste-se igualmente ao aprofundamento das diversas assimetrias, à organização de actividades criminosas a nível mundial, a desesperados e dramáticos movimentos migratórios, à ameaça terrorista, bem como aos grandes riscos relacionados com as alterações climáticas e ambientais, especialmente penalizadoras para o continente africano.

Neste mundo que se globaliza de forma acentuada, a Ética assume valor inestimável e a Liberdade uma das suas dimensões determinantes.

Neste conturbado e complexo contexto, setenta anos depois, a Declaração Universal dos Direitos Humanos surge como uma das mais importantes referências do nosso tempo nas perspectivas da necessidade da sua realização efectiva em amplas regiões do globo, como na da sua adequação aos tempos actuais.

Felizmente que hoje no mundo as pessoas têm cada vez uma maior consciência dos seus direitos.

E felizmente que no mundo de hoje também os cidadãos adquiriram uma outra capacidade de se fazerem ouvir. Para além dos excessos e inconvenientes que algumas vezes o uso de novas tecnologias acarreta, a verdade é que as misérias, as violações, as perseguições e os abusos são expostos a uma escala universal em escassos minutos. Podem não marcar presença um microfone da rádio, uma câmara de televisão ou a pena de um jornalista, mas um qualquer cidadão anónimo tem hoje o poder de dar a conhecer ao mundo qualquer facto relevante, a partir do seu mais simples telemóvel.

Mas também o acesso à informação disponibilizada nos meios de comunicação social ficou muito mais facilitado, com jornais on line e plataformas digitais de várias estações de radio e de televisão.

Simultaneamente, torna-se importante intensificar as relações de cooperação entre os Estados, o multilateralismo, na convicção de que as questões mais complexas só podem ser resolvidas com soluções transnacionais, pois o mundo é cada vez mais global.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Ao nível da CPLP os nossos desafios são ainda acentuados. A estruturação do Estado de Direito Democrático, ambiente essencial

para a assunção plena do espírito e da letra da Declaração, assume uma dimensão e uma importância decisivas.

Fora de um tal quadro, os direitos, as liberdades e garantias individuais não podem ser assegurados e os direitos sociais, económicos e culturais não passarão de enunciados cuja concretização será eternamente adiada.

O desfraldar das bandeiras da Declaração revela-se de grande relevância ao nível da nossa Comunidade. Temos de dar passos significativos no sentido da sua assunção plena. É crucial que assumamos que, para além dos dispositivos legais e institucionais, são necessárias políticas efectivas que, progressivamente assegurem, de facto, o acesso das populações aos bens e serviços necessários a uma vida digna.

Se aos nossos Estados, cabe, sem dúvidas, a obrigação maior de adoptar as medidas de promoção e criação de condições para a realização da Declaração, não é menos verdade que às sociedades civis cabe um papel essencial, pois nunca existirá uma CPLP das pessoas e das comunidades sem a sua intervenção activa.

Entendo que as sociedades civis devem actuar de forma autónoma, através de pressão democrática sobre os Estados, especialmente nas situações em que o desrespeito pelos direitos humanos seja prática

corrente ou se imponha a defesa das pessoas mais vulneráveis ou marginalizadas.

Neste quadro a juventude deve ter um papel central. Para além de se mobilizar em defesas das suas reivindicações específicas, como as relacionadas com a necessidade de participação política, formação, emprego e cultura, deve, com a sua energia, criatividade, irreverência e saudável e inalienável responsabilidade, lutar para que cada vez mais, os Estados, as instituições, as políticas, tenham o seu rosto, pois são constituintes da esmagadora maioria das pessoas que as integram.

O contacto quase permanentes que tenho com os jovens, autorizam-me a ousadia de sugerir que, nesse processo, procurem participar politicamente nos espaços juvenis tradicionais, partidários ou não, mas que, também, actuem de forma autónoma.

Entendo que devem, na esfera dos Direitos Humanos e em todas as que dizem respeito aos nossos países, assumir a responsabilidade de pensar, reflectir e debater as nossas realidades, de formular propostas de solução e lutar por elas.

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Não obstante a existência de várias e grandes ameaças a que nos referimos, o que Mundo tem conseguido até à presente data autoriza-nos, porém, a reforçar a nossa crença no futuro da humanidade e na capacidade de vencer os principais desafios dos próximos tempos.

Antes de terminar gostaria de informar que pretendo promover, no próximo ano, em Cabo Verde, um encontro da Juventude da CEDEAO e da CPLP no qual os Direitos Humanos estarão no centro dos debates, no quadro das diversas inquietações que apoquentam os jovens .

Agradeço as generosas palavras que me foram dirigidas, desejo a todos Festas Felizes e um Próspero 2019 e declaro aberta a “ Celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos - Uma perspectiva da Juventude sobre a actualidade da Declaração nos seus 70 anos”

Muito obrigado

JCF